

★ continuação

arreandamentos de ativos de baixo valor. A Companhia reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamento de arrendamento e ativos de direito de uso que representa o direito de uso dos ativos subjacentes. **k) Demais ativos:** Os demais ativos são demonstrados aos valores de custo ou de realização, dos dois o menor, incluindo, quando aplicável, os rendimentos, as variações monetárias e cambiais incorridas ou deduzidas de provisão para perda e, se aplicável, ajuste a valor presente. **l) Fornecedores:** As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente devido ao curto prazo de pagamento. **m) Impostos sobre as vendas:** As receitas de vendas das atividades das demonstrações financeiras, e quaisquer impostos a pagar em algumas alíquotas básicas: • Programa de Integração Social (PIS); 0,65% (regime cumulativo) e 1,65% (regime não cumulativo), sobre venda de energia elétrica e prestação de serviços; • Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS): 3,00% (regime cumulativo) e 7,60% (regime não cumulativo) sobre a venda de energia elétrica e prestação de serviços; • Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços: O ICMS é aplicado de acordo com os clientes a serem faturados; diferimento no caso de geração ou distribuição e faturamento com alíquota interna para os demais clientes. Esses tributos são deduzidos das receitas de vendas, e suas respectivas despesas são reconhecidas pelo seu valor líquido. Os créditos do PIS e COFINS não cumulativos, sobre custos e despesas operacionais, são apresentados como redutores destes grupos de contas nas demonstrações financeiras. **n) Imposto de renda e contribuição social: Imposto de renda e contribuição social corrente:** A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda corrente. O imposto corrente é reconhecido no resultado a menos que esteja relacionado à combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. O imposto corrente é o imposto a pagar ou compensar esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, as taxas de impostos decretadas ou sob julgamento decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras, e quaisquer ajustes aos impostos a pagar em relação aos exercícios anteriores. A Companhia e suas controladas estão inseridas no regime tributário Lucro Real, desta forma, o imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 anuais para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro tributável. **o) Reconhecimento de receita das investidas:** A receita de venda inclui somente os ingressos de benefícios econômicos recebidos e a receita pela entidade e é apresentada líquida de impostos, das devoluções, dos abatimentos e descontos. A receita não é reconhecida se houver uma incerteza significativa sobre a sua realização. **Recorre de arrendamento financeiro:** O reconhecimento do arrendamento mercantil da controlada indireta RAESA se enquadra nos aspectos exigidos pela norma contábil para um arrendamento financeiro, remunerado pela taxa de retorno de 5,76% a.a. em 2022 a alteração da taxa é decorrente da redução da alíquota de ICMS sobre a venda de energia a partir do mês de julho, e 5,63% a.a. em 2021, de acordo com a projeção de valor presente dos recebimentos futuros, líquidos dos impostos sobre pagamento, descontados dos custos de construção da usina. A Companhia apresenta essa receita financeira, juntamente com a variação monetária contratual (IGP-M) na demonstração de resultados, no grupo de Receitas Financeiras. **Recorre de operação e manutenção - O&M:** Refere-se aos serviços de operação e manutenção das instalações de geração de energia elétrica estabelecidas no contrato de suprimento de energia que visa a não interrupção da disponibilidade das instalações, reconhecida conforme a contraprestação dos serviços. **Recorre de venda de energia renovável:** O reconhecimento da receita oriunda da venda de energia renovável de fonte eólica da controlada NEO em conformidade ao Pronunciamento Técnico CPC 47 - Receita de Contrato de Cliente, é reconhecida mensalmente com base nos dados para faturamento que são apurados pelos MW médios de energia elétrica contratada, e declarados junto a CCEE. Tendo em vista que a controlada NEO está sujeita a montantes mínimos de geração entende que há contraprestação variável e, por esta razão, constitui provisão pela não performance quando não atingida a geração mínima, calculada com base nas estimativas de geração anual e apresentada deduzindo da receita operacional líquida. **p) Provisões:** Provisões são reconhecidas quando a Companhia e suas controladas têm uma obrigação presente (legal ou não formalizada), em função de um evento passado, e que seja provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. Quando a Companhia espera que o valor

de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo a despeito relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso. **Provisões para demandas judiciais e outros:** A Companhia e suas controladas são parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais e outros para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a obrigação. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas, para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais relativas a novos assuntos ou decisões de tribunais. **Provisão para perda de investimentos:** A provisão para perda de investimentos é reconhecida com base no patrimônio líquido da investida para cobrir as perdas permanentes na realização do investimento. A provisão para perda de investimentos apresentada nestas demonstrações financeiras individuais e consolidadas refere-se ao resultado acumulado de perdas por equivalência patrimonial vide nota 14. **q) Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes:** Outros ativos estão demonstrados pelos valores de aquisição ou de realização, quando este último for menor, e outros passivos estão demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e atualizações aritméticas. **Classificação dos ativos e passivos no circulante e não circulante:** Um ativo ou passivo deverá ser registrado como circulante se é esperado que a liquidação ocorra dentro do período de 12 meses subsequentes à data-base das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, caso contrário será registrado como não circulante. **4.1 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas:** Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Companhia faz o uso de julgamentos e estimativas, com base nas informações disponíveis, bem como adota premissas que impactam os valores das receitas, despesas, ativos e passivos, e as divulgações de passivos contingentes. Quando necessário, os julgamentos e as estimativas estão suportados por pareceres elaborados por especialistas. A Companhia e suas controladas adotam premissas derivadas de sua experiência e outros fatores entendidos como razoáveis e relevantes nas circunstâncias. As premissas adotadas pela Companhia e suas controladas são revisadas periodicamente no curso ordinário dos negócios. Contudo, deve ser considerado que há uma incerteza inerente relativa à determinação dessas premissas e estimativas, o que pode levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do referido ativo ou passivo em períodos futuros na medida em que novas informações estejam disponíveis. Modificações nas estimativas são tratadas prospectivamente. As principais premissas e estimativas utilizadas na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas são discutidas a seguir: **i) Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros:** Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de venda é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorará a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de avaliação. A Companhia é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como os recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação. **ii) Arrendamento financeiro:** O faturamento da Companhia junto à Amazonas Energia, está sujeito contratualmente à atualização anual pela variação do IGP-M. Considerando-se que a norma contábil é silente em relação à atualização do saldo de arrendamento a receber quando o mesmo está sujeito à atualização monetária, a Administração da Companhia definiu pelo reconhecimento dessas variações contidas nas parcelas recebidas durante o ano, diretamente no resultado do exercício, como receita financeira, mantendo, dessa forma, o saldo de arrendamento a receber por seu valor original, acrescido dos juros de 5,76% a.a. em 2022 a alteração da taxa é decorrente da redução da alíquota de ICMS sobre a venda de energia a partir do mês de julho, e 5,63% a.a. em 2021 e deduzidos da parcela histórica dos valores recebidos durante o ano. **iii) Provisão para demandas judiciais:** A Companhia e suas controladas são parte de diversos processos judiciais e administrativos. As provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais e outros para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a obrigação. A avaliação da pro-

habilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas, para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. **iv) Pressuposto da continuidade:** A Administração avalia periodicamente a capacidade operacional da Companhia e de suas controladas e no que tange a situação apresentada de patrimônio líquido negativo, refere-se a prejuízos acumulados que vem sendo revertido e o capital circulante negativo é oriundo do endividamento da Companhia e de suas controladas que é preponderante com partes relacionadas e está em tratativas com os acionistas para refinanciamento da dívida. As subsidiárias operacionais detêm contrato de venda de energia elétrica de longo prazo, sendo assim, garante receitas fixas suficientes para manter suas atividades. Portanto estas informações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no pressuposto da continuidade operacional. **4.2 Informação por segmento:** A área de atuação e principal atividade operacional da Companhia e de suas controladas é a geração de energia elétrica, na condição de produtor independente, cuja regulamentação está subordinada à Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia - MME. A Companhia possui atualmente um portfólio com 243,55 MW de capacidade instalada própria, distribuída em três usinas em operação, sendo uma termelétrica operada pela RAESA cuja receita principal é decorrente do contrato de arrendamento financeiro e duas eólicas operadas pela NEO. A Direção da Companhia, responsável por revisar regularmente as informações financeiras, de forma a alocar os recursos e analisar o desempenho da Companhia, utiliza informações por segmento para suas análises:

14. Investimento e provisão para perda de investimentos: 14.1. Controladora - investimentos e provisão para perda de investimentos: A provisão para perda de investimento é composta pelo valor do passivo a descoberto das investidas no período, conforme apresentado abaixo:

Informações sobre a investida em 31/12/2022	2007 Participações S.A. (i)	NEO	CEU	Itaipav	Termelétrica Monte Pascoal	Termelétrica Pernambuco IV	Termopower V	Termelétrica Termopower VI	Total
Ativo não circulante	324.413	106.680	-	132	-	-	-	-	-
Ativo não circulante	284.524	792.021	11.107	20.371	6.226	-	-	-	-
Passivo circulante	844.133	200.562	4	170	41	590	7	7	7
Passivo não circulante	242.269	920.546	24.033	52.762	966	16	410	10	10
Receita líquida	35.952	171.551	-	-	-	-	-	-	-
Resultado do período	112.514	(43.146)	-	(196)	1.243	(24)	(13)	(17)	(17)
Patrimônio líquido	(477.465)	(222.408)	(12.930)	(32.429)	5.233	(606)	(416)	(17)	(17)
Percentual de participação	96,04%	100,00%	71,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Valor contábil do investimento	(458.557)	(222.408)	(9.180)	(32.429)	5.233	(606)	(416)	(17)	(17)
Provisão para perda de investimento em 31/12/2020	(590.790)	(132.091)	(9.176)	(34.675)	-	(577)	-	-	(7) (767.316)
Aumento de capital	-	-	-	1.923	-	-	-	-	8 1.931
Transferência para o investimento	-	-	-	-	(32)	-	268	-	236
Equivalência patrimonial	24.175	(11.319)	(1)	(527)	32	(11)	(1.031)	(2)	(11) 3.116
Provisão para perda de investimento em 31/12/2021	(566.615)	(143.410)	(9.177)	(33.279)	-	(588)	(763)	(1)	(753.833)
investimentos em 31/12/2021	-	-	-	-	3.961	-	-	-	3.961
Provisão para perda de investimentos em 31/12/2021	(566.615)	(143.410)	(9.177)	(33.279)	-	(588)	(763)	(1)	(753.833)
Aumento de capital	-	-	-	1.046	-	6	360	-	1) 1.413
Transferência para o investimento	-	-	-	-	(1.243)	-	-	-	8 1.831
Aquisição de 20%	-	(37.143)	-	-	-	-	-	-	(37.143)
Equivalência patrimonial	108.058	(41.855)	(3)	(196)	1.243	(24)	(13)	(17)	67.193
Provisão para perda de investimento em 31/12/2022	(458.557)	(222.408)	(9.180)	(32.429)	-	(606)	(416)	(17)	(723.613)
investimentos em 31/12/2022	-	-	-	-	5.233	-	-	-	5.233

(i) informações consolidadas que incluem a posição financeira da RAESA.

14.2. Consolidado - provisão para perda de investimento: Em 31 de dezembro de 2022, o saldo consolidado da provisão para perda de investimentos apresentado no passivo não circulante refere-se à participação da Companhia na CEU no montante de R\$9.180.

14.3. Controladora - ativo

	Monte Pascoal	Total
Investimento em 31/12/2021	3.961	3.961
Aumento de capital	29	29
Equivalência patrimonial	1.243	1.243
Investimento em 31/12/2022	5.233	5.233

33. Evento subsequente: Decisões proferidas dos temas 881 e 885 pelo Supremo Tribunal Federal: O Supremo Tribunal Federal, em decisão por maioria,

acabou por relativizar demandas tributárias com trânsito em julgado os quais tratam de tributos recolhidos de forma continuada. A Companhia e suas controladas avaliaram o tema julgado nesta decisão que abrange dentro os temas, a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido e informa que recolher regularmente a contribuição, em suas controladas indiretas RAESA o que abrange o ICMS destacado de PIS e COFINS de ações propostas após a data de agosto de 2015 e com trânsito em julgado em maio de 2019, informando que não existem processos nessa situação, que possam ser alcançados pela decisão do STF, referente aos demais tributos contemplados na decisão proferida, não há causas com trânsito em julgado favorável à Companhia e suas controladas e que possam vir a ser alvo da decisão do STF. Portanto, nenhum impacto foi observado na presente Demonstração Financeira da Companhia.

Diretoria
Edésio Alves Nunes Filho - Diretor Presidente
Rodrigo Costa Amaranter - Diretor Jurídico e Regulatório

Conselho de Administração
Rodrigo de Carvalho Pinto Bueno - Titular/Presidente
Edésio Alves Nunes Filho - Titular/Vice-Presidente
Chiara Sonogo Bolognesi Gargano - Titular
Rubens José Della Volpe - Titular
Heghelysantônio Valério Marçal - Titular

Conselho Fiscal
João Verner Juenemann - Titular
Fábio Antônio Pereira - Titular
Eduardo Georges Chehab - Titular
Jefferson da Silva Barbosa - Titular
José Luiz Petrini - Titular
Lucio Alves Figueiras - Suplente
Paulo Euclides Bonzanini - Suplente

Contador
Thiago José Martins D'Agostino CRC 15P251416/O-4

Declaração dos Diretores Sobre as Demonstrações Financeiras
Em conformidade com a Instrução da CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, Subseção III - Demonstrações Financeiras, Inciso VI do artigo 25, a Diretoria da Multiner S.A., revisou, discutiu e concordou com as Demonstrações Financeiras da Companhia e empresas controladas (Consolidado). Declarando que tais informações refletem adequadamente a posição patrimonial e financeira correspondente aos exercícios apresentados.

São Paulo, 24 de março de 2023	Rodrigo Costa Amaranter - Diretor Jurídico e Regulatório
Edésio Alves Nunes Filho - Diretor Presidente	

Declaração dos Diretores Sobre o Relatório dos Auditores Independentes
Em conformidade com a Instrução da CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, Subseção III - Demonstrações Financeiras, inciso V do artigo 25, a Diretoria da Multiner S.A., com base nas informações apresentadas pelos auditores sobre os resultados de auditoria e esclarecimentos recebidos no decorrer do exercício, declara que revisou, discutiu e concordou com o conteúdo e conclusão expressa no Parecer dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras da Companhia e empresas controladas (Consolidado), apresentado sem ressalvas e com ênfase, elaborado pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda.

São Paulo, 24 de março de 2023	Rodrigo Costa Amaranter - Diretor Jurídico e Regulatório
Edésio Alves Nunes Filho - Diretor Presidente	

Parecer do Conselho Fiscal
Os membros do Conselho Fiscal da Multiner S.A., abaixo assinados, em cumprimento às disposições legais e estatutárias, conforme previsto nos incisos II e VII, do artigo 163, da Lei 6.404/76, procederam ao exame e análise das Demonstrações Financeiras e respectivas Notas Explicativas, do Relatório Anual da Administração, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, e levando em consideração os esclarecimentos prestados pela Administração e o relatório dos auditores independentes da PwC, opinam, por unanimidade e sem ressalvas, que os documentos acima mencionados estão em condições de serem apreciados pela Assembleia Geral de Acionistas da Companhia.

São Paulo, 24 de março de 2023	Eduardo Georges Chehab - Conselheiro	José Luiz Petrini - Conselheiro
João Verner Juenemann - Conselheiro	Fábio Antônio Pereira - Conselheiro	Jefferson da Silva Barbosa - Conselheiro

PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE ITU
Avisos de licitação

PREGÃO PRESENCIAL:

A Prefeitura da Estância Turística de Itu informa a abertura do Pregão Presencial nº 29/2023, para **AQUISIÇÃO DE GELADEIRAS E FORNOS MICROONDAS PARA AS UNIDADES ESCOLARES**. Os envelopes deverão ser entregues até às 08h50min, com abertura às 09h00min do dia 28/04/2023.

A Prefeitura da Estância Turística de Itu informa a quem possa interessar que se encontra aberta a licitação na modalidade **Pregão Presencial nº 30/2023, para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS LABORATORIAIS DE ANATOMIA PATOLÓGICA E CITOPATOLOGIA**. Os envelopes deverão ser entregues até às 13h50min, com abertura às 14h00min do dia 28/04/2023.

A Prefeitura da Estância Turística de Itu informa a abertura do **Pregão Presencial nº 31/2023, para REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE TINTAS DE DEMARCAÇÃO VIÁRIA E SOLVENTES**. Os envelopes deverão ser entregues até às 08h50min, com abertura às 09h00min do dia 02/05/2023.

A Prefeitura da Estância Turística de Itu informa a abertura do **Pregão Presencial nº 32/2023, para REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE AMBULÂNCIAS E FARMÁCIA MOVEL**. Os envelopes deverão ser entregues até às 08h50min, com abertura às 09h00min do dia 03/05/2023.

A Prefeitura da Estância Turística de Itu informa a abertura do **Pregão Presencial nº 33/2023, para AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE PARA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**. Os envelopes deverão ser entregues até às 08h50min, com abertura às 09h00min do dia 04/05/2023.

A Prefeitura da Estância Turística de Itu informa a quem possa interessar que se encontra aberta a licitação na modalidade **Pregão Presencial nº 34/2023, para REGISTRO DE PREÇOS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE EMISSÃO DE LAUDOS RADIOLOGICOS A DISTÂNCIA COMPREENDENDO A GESTÃO DAS IMAGENS/LAUDOS, INTERPRETAÇÃO, DIAGNÓSTICO E EMISSÃO DE LAUDOS DE DIAGNÓSTICO DE RADIOLOGIA COMPUTADORIZADA**. Os envelopes deverão ser entregues até às 13h50min, com abertura às 14h00min do dia 03/05/2023.

Os Editais completos estão à disposição para consulta e impressão no site da Prefeitura: www.itu.sp.gov.br, ou diretamente na Prefeitura no qual o interessado deverá trazer um CD para cópia junto ao Depto. Central de Compras, sito na Av. Itú Novo Centro, nº 111, B. Itú Novo Centro, com 08h00min às 12h00min e das 13h00min às 16h00min. Itú, 14/04/2023. Prefeitura da Estância Turística de Itu.

CHAMAMENTOS:

CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 01/2023. Encontra-se aberta seleção de entidade privada, sem fins lucrativos, qualificada no âmbito do Município da Estância Turística de Itu enquanto Organização Social, para gerenciamento, operacionalização e execução das ações e serviços de saúde, direcionadas à Unidade de Pronto Atendimento (UPA) Nossa Senhora Aparecida e 192 municipal por meio de contrato de gestão, de acordo com Termo de Referência - Anexo I (cláusulas e condições do edital). Os envelopes deverão ser entregues até o dia 01/05/2023, às 08h00min, com abertura às 09h00min do mesmo dia. O Edital completo está à disposição para consulta e impressão no site da Prefeitura: www.itu.sp.gov.br. Caso prefira obter cópia do edital diretamente na Prefeitura o interessado deverá trazer o CD para reprodução do mesmo, no horário das 08h00 às 12h00 e das 13h00 às 17h00, exceto neste Serviço de Registro de Imóveis, de segunda a sexta-feira, no horário das 9:00 às 16:00 horas, pessoalmente ou por meio de representante legal, devidamente qualificado, a fim de efetuar o pagamento das prestações em atraso e demais encargos contratuais, totalizando o débito, em 17 de abril de 2023 o valor de **R\$68.855,03 (sessenta e seis mil, oitocentos e cinquenta e cinco reais e três centavos)**, em conformidade com a forma e condições estabelecidas no contrato particular, com força de escritura pública, registrado na matrícula nº 337.704, referente ao Apartamento nº 91, localizado no 9º andar do Edifício **Maison cluvin**, integrante do empreendimento "Jardim Des Arts", situado na Rua Moirer, nº 74, 2º Subdistrito - Santo Amaro, - sendo que o valor acima será acrescido das custas, emolumentos, despesas com as tentativas de intimação pessoal do fiduciante e de todas as despesas com a publicação deste Edital. Fica INTIMADA a mencionada devedora fiduciante que, no dia imediatamente posterior ao da última publicação do presente edital, será a mesma considerada como intimada e terá o prazo de quinze dias para adimplir o referido pagamento. Decorrido o prazo legal para a purgação da mora, a credora-fiduciária será facultado requerer a consolidação da propriedade fiduciária, conforme previsto no §7º do artigo 26 da Lei Federal nº 9.514/97. Para que surtam os efeitos legais da intimação, sem que possa alegar ignorância, o presente edital está sendo publicado por três dias em um dos jornais de maior circulação local. São Paulo, 17 de abril de 2023. **PLINIO ANTONIO CHAGAS - OFICIAL**

PREGÃO ELETRÔNICO:

A Prefeitura da Estância Turística de Itu informa a abertura do **Pregão Eletrônico nº 41/2023, para REGISTRO DE PREÇOS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE REALIZAÇÃO DE EXAMES CLÍNICOS**. As propostas deverão ser enviadas até às 13h50min com início da sessão às 09h00min do dia 02/05/2023. O Edital poderá ser retirado nos links: www.comprasbr.com.br e www.itu.sp.gov.br no link licitações/eou na Central de Compras - 2º andar, localizada no Centro Administrativo Municipal de Itu, Av. Itú Novo Centro, nº 111 - Bairro Itú Novo Centro, Itú/SP, de segunda a sexta-feira, no horário das 9:00 às 16:00 horas, pessoalmente ou por meio de representante legal, devidamente qualificado, a fim de efetuar o pagamento das prestações em atraso e demais encargos contratuais, totalizando o débito, em 17 de abril de 2023 o valor de **R\$532.867,05 (Trinta e dois mil, oitocentos e sessenta e sete reais e cinco centavos)**, em conformidade com a forma e condições estabelecidas no contrato particular, com força de escritura pública, registrado na matrícula nº 337.704, referente ao Apartamento nº 91, localizado no 9º andar do Edifício **Maison cluvin**, integrante do empreendimento "Jardim Des Arts", situado na Rua Moirer, nº 74, 2º Subdistrito - Santo Amaro, - sendo que o valor acima será acrescido das custas, emolumentos, despesas com as tentativas de intimação pessoal do fiduciante e de todas as despesas com a publicação deste Edital. Fica INTIMADA a mencionada devedora fiduciante que, no dia imediatamente posterior ao da última publicação do presente edital, será a mesma considerada como intimada e terá o prazo de quinze dias para adimplir o referido pagamento. Decorrido o prazo legal para a purgação da mora, a credora-fiduciária será facultado requerer a consolidação da propriedade fiduciária, conforme previsto no §7º do artigo 26 da Lei Federal nº 9.514/97. Para que surtam os efeitos legais da intimação, sem que possa alegar ignorância, o presente edital está sendo publicado por três dias em um dos jornais de maior circulação local. São Paulo, 17 de abril de 2023. **PLINIO ANTONIO CHAGAS - OFICIAL**

AVISO DE SUSPENSÃO DE LICITAÇÃO

Pregão Presencial nº 27/2023 - Edital nº 52/2023 - CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSESSORIA DE GESTÃO E OPERACIONALIZAÇÃO DE PROCESSOS DE LOGÍSTICA DE FORNECIMENTO, ARMAZENAMENTO, DISTRIBUIÇÃO E DE REGISTRO DE IMÓVEIS, DE SEGUNDA A SEXTA-FEIRA, NO HORÁRIO DAS 9:00 ÀS 16:00 HORAS, PESSOALMENTE OU POR MEIO DE REPRESENTANTE LEGAL, DEVIDAMENTE QUALIFICADO, A FIM DE EFETUAR O PAGAMENTO DAS PRESTAÇÕES EM ATRASO E DEMAIS ENCARGOS CONTRATUAIS, TOTALIZANDO O DÉBITO, EM 17 DE ABRIL DE 2023 O VALOR DE R\$32.867,05 (Trinta e dois mil, oitocentos e sessenta e sete reais e cinco centavos), em conformidade com a forma e condições estabelecidas no contrato particular, com força de escritura pública, registrado na matrícula nº 337.704, referente ao Apartamento nº 91, localizado no 9º andar do Edifício **Maison cluvin**, integrante do empreendimento "Jardim Des Arts", situado na Rua Moirer, nº 74, 2º Subdistrito - Santo Amaro, - sendo que o valor acima será acrescido das custas, emolumentos, despesas com as tentativas de intimação pessoal do fiduciante e de todas as despesas com a publicação deste Edital. Fica INTIMADA a mencionada devedora fiduciante que, no dia imediatamente posterior ao da última publicação do presente edital, será a mesma considerada como intimada e terá o prazo de quinze dias para adimplir o referido pagamento. Decorrido o prazo legal para a purgação da mora, a credora-fiduciária será facultado requerer a consolidação da propriedade fiduciária, conforme previsto no §7º do artigo 26 da Lei Federal nº 9.514/97. Para que surtam os efeitos legais da intimação, sem que possa alegar ignorância, o presente edital está sendo publicado por três dias em um dos jornais de maior circulação local. São Paulo, 17 de abril de 2023. **PLINIO ANTONIO CHAGAS - OFICIAL**

11º OFICIAL DE REGISTRO DE IMÓVEIS DA CAPITAL - EDITAL DE INTIMAÇÃO - Lei 9.514/97 - PLINIO ANTONIO CHAGAS, do 11º Registro de Imóveis da Capital/SP, FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem que, perante esta Serventia, situada na Rua Nelson Gama de Oliveira, nº 235, Vila Andrade, foi prenotado sob o nº 1428.786 o requerimento feito pelo BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A., CNPJ/MF nº 90.400.888/0001-42, na qualidade de credor fiduciário, objetivando a intimação do devedor fiduciante, **MARISA DE MELO RAVASI, pedagoga, brasileira, viúva, maior, o qual se encontra em local incerto e não sabido, conforme certidões expedidas pelos Oficiais de Registro de Títulos e Documentos e Civil de Pessoa Jurídica da Capital, de forma que, a teor do que dispõe o § 4º do artigo 26 da Lei 9.514/97, fica intimada a comparecer neste Serviço de Registro de Imóveis, de segunda a sexta-feira, no horário das 9:00 às 16:00 horas, pessoalmente ou por meio de representante legal, devidamente qualificado, a fim de efetuar o pagamento das prestações em atraso e demais encargos contratuais, totalizando o débito, em 17 de abril de 2023 o valor de **R\$32.867,05 (Trinta e dois mil, oitocentos e sessenta e sete reais e cinco centavos)**, em conformidade com a forma e condições estabelecidas no contrato particular, com força de escritura pública, registrado na matrícula nº 337.704, referente ao Apartamento nº 91, localizado no 9º andar do Edifício **Maison cluvin**, integrante do empreendimento "Jardim Des Arts", situado na Rua Moirer, nº 74, 2º Subdistrito - Santo Amaro, - sendo que o valor acima será acrescido das custas, emolumentos, despesas com as tentativas de intimação pessoal do fiduciante e de todas as despesas com a publicação deste Edital. Fica INTIMADA a mencionada devedora fiduciante que, no dia imediatamente posterior ao da última publicação do presente edital, será a mesma considerada como intimada e terá o prazo de quinze dias para adimplir o referido pagamento. Decorrido o prazo legal para a purgação da mora, a credora-fiduciária será facultado requerer a consolidação da propriedade fiduciária, conforme previsto no §7º do artigo 26 da Lei Federal nº 9.514/97. Para que surtam os efeitos legais da intimação, sem que possa alegar ignorância, o presente edital está sendo publicado por três dias em um dos jornais de maior circulação local. São Paulo, 17 de abril de 2023. **PLINIO ANTONIO CHAGAS - OFICIAL****

PREFEITURA MUNICIPAL DE TABOÃO DA SERRA
ESTADO DE SÃO PAULO
DELICO - Depto. de Licitações e Contratos
AVISO DE LICITAÇÃO
Segundo Caderno. Pregão Eletrônico nº E-121/2022. Processo licitatório: 36832/2022. Objeto: "Contratação de Empresa para Serviço de Conserto de Elevador, com Fornecimento de Peças, Componentes, Materiais, Ferramentas, Instrumentos e Demais Meios Necessários ao Serviço". Sessão pública de processamento: dia 04/05/2023 às 09:00 horas. Da sessão pública: O processamento eletrônico será realizado através do endereço eletrônico comprasbr.com.br, no dia e hora mencionados e será conduzida pelo pregoeiro com o auxílio da equipe de apoio. O edital está disponível no site: prefeitura.ts.sp.gov.br e comprasbr.com.br. Taboão da Serra, 14 de abril de 2023. Wagner Luiz Eckstein Junior - Secretário Municipal de Administração.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TABOÃO DA SERRA
ESTADO DE SÃO PAULO
DELICO - Depto. de Licitações e Contratos
EXTRATO DE CONTRATO
DISPENSA DE LICITAÇÃO S-172/23. PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 9742/23
OBJETO: Operacionalização da Gestão e execução, pela